

Capacidade de pagamento depende também do ajuste fiscal, diz senador

por Fernando Leal
de Brasília

Com o fechamento do acordo do Brasil com os bancos credores, tornou-se ainda mais importante a aprovação de uma reforma fiscal até o final do ano. Essa foi a avaliação de senadores que ontem mesmo tomaram conhecimento dos termos do texto assinado.

"A reforma fiscal é importante para que o Tesouro tenha recursos e mantenha a capacidade de pagamento do País", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), membro da Comissão de Assuntos Econômicos, por onde o acordo deve passar antes de ir ao plenário do Senado.

O senador lembrou que o conceito de capacidade de pagamento que norteia o acordo não leva em conta somente a balança de pagamento, mas também os recursos disponíveis no Tesouro.

Cardoso considerou um "avanço" a ampliação do conceito de capacidade de pagamento, além do "abatimento" de 35% no total da dívida com os bancos privados.

Para o líder do governo do Senado, Marco Maciel (PFL-PE) o ajuste fiscal "fundamental para o sucesso do acordo, embora as reservas do País estejam bem".

Ontem, Maciel recebeu um pedido do ministro Marcílio Marques Moreira para que reúna senadores de todos os partidos para que ele possa explicar os termos do acordo.

O líder governista, assim como outros senadores, considera que a tramitação do acordo no Senado será tranqüila, principalmente porque várias lideranças acompanharam seu fechamento e, na avaliação dos parlamentares, houve respeito à resolução 82, que estabelece os parâmetros para as negociações da dívida externa.

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), foi informado sobre o



Fernando Henrique
Cardoso

acordo ontem pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, que lhe disse também que o texto "atendia os interesses do País e se ajusta ao que o Senado propôs".

Para Benevides, se o acordo chegar ao Senado nos próximos dias será possível aprová-lo até o final deste mês, quando se encerra a convocação extraordinária do Congresso. Para ser aprovado, o acordo precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos e receber o voto favorável da maioria simples dos senadores.

Para o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), a regularização da relação do Brasil com os bancos internacionais abre a possibilidade da retomada de investimentos externos no País.

"Qualquer acordo que tire o Brasil da posição marginal é positivo. Esse acordo se aproxima muito do conseguido pelo México", afirmou o deputado Roberto Campos (PDS-RJ) ao repórter Juca de Luccas. "É uma pena que demoramos dois anos para chegar a isso".

O deputado Aloysio Mercadante (PT-SP) disse acreditar que não haverá impacto do acordo fechado este ano na economia brasileira, pois "só será assinado efetivamente no próximo ano".